

ELITES, PODER E FORTUNA: FAMÍLIA E SOCIEDADE NO CEARÁ NO SÉCULO XIX (1850-1890).

Reinaldo Forte Carvalho*

RESUMO: A pesquisa intitulada “Elites, poder e fortuna: família e sociedade no Ceará no século XIX (1850-1890)”, pretende reconstruir a história das famílias aristocráticas dentro do contexto social na província do Ceará partindo da reconstituição das conjunturas locais e regionais nas décadas que antecederam a Abolição. Nossa intenção é compreender como as famílias aristocráticas foram se constituindo no “fazer-se” das elites dentro da organização da província do Ceará na segunda metade do século XIX. Pretende-se nesta análise compreender como se deu a composição social das famílias nobres no Ceará. A análise da documentação governamental, cartorial e judicial são fundamentais na compreensão do panorama político, econômico e social que envolvia as relações das famílias aristocráticas na província do Ceará no século XIX.

Palavras-chave: Elites, poder, e sociedade.

ABSTRACT: A search on "Elites, fortune and power: family and society in Ceará in the nineteenth century (1850-1890)", aims to reconstruct the history of aristocratic families in the social context in the province of Ceará on the recovery of local and regional situations in decades prior to abolition. Our intent is to understand how the aristocratic families began to form in the "make up" of elites within the organization of the province of Ceara in the second half of the nineteenth century. It is in this analysis was to understand how the social composition of the noble families in Ceará. The analysis of government documents, and judicial cartorial are fundamental in understanding the political landscape, economic and social relations involving the aristocratic families in the province of Ceara in the nineteenth century.

Keywords: Elites, Power, and Society.

INTRODUÇÃO

Na análise sobre a organização social das elites e suas redes familiares na província do Ceará no século XIX, pretende-se compreender determinados fenômenos sociais referente à formação da família aristocrática na sociedade, descortinando assim, dados preciosos sobre as formas de composição, e as mudanças que ocorreram nesses setores da população brasileira.

Portanto, estudar as elites e as famílias aristocráticas no pano de fundo de suas historicidades regionais, significa ainda um esforço de síntese, no sentido de compor um quadro mais amplo, abarcando ao mesmo tempo a reconstituição de suas experiências de vida local, e nuances ou conjunturas de inserção na sociedade nacional.

* Professor da Universidade Regional do Cariri – URCA. Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. reinaldoforte@yahoo.com.br.

A questão que se levanta é: Como construir a história das elites e de suas redes familiares no Ceará? Como reconstituir as diversas relações sociais presente no universo dessas famílias dentro do contexto social no Ceará? Como entender as diversas relações de poder dentro da composição social das elites na conjuntura social da província?

HISTÓRIA DA FAMÍLIA: UM DIÁLOGO HISTORIOGRÁFICO

A historiografia nacional tem privilegiado nas últimas décadas uma intensa quantidade de estudos sobre as elites e suas redes familiares nas diversas relações de poder dentro da sociedade brasileira. Inicialmente estas produções acadêmicas se voltavam mais para a análise da formação social das elites no sudeste do país, pelo fato da própria viabilidade da pesquisa em relação à acessibilidade das fontes documentais.

Diante desta perspectiva, buscou-se enquadrar a proposta deste estudo sobre as relações sociais de famílias das elites cearenses no século XIX, procurando inicialmente dialogar com a historiografia produzida acerca do tema proporcionando o levantamento de novas questões sobre o assunto.

Inicialmente a análise historiográfica concentrou-se na discussão sobre a importância da formação que as elites exerceram na montagem e funcionamento das atividades econômicas e sociais do mundo colonial como elemento fundamental na compreensão da organização entre metrópole e colônia.

No estudo intitulado “Conquistadores e negociantes” João Luis Ribeiro Fragoso afirma que a sociedade colonial brasileira é compreendida a partir da constituição de uma reinvenção aristocrática, que passa a ser composta através da nobreza da terra com os negociantes de grosso trato. Segundo Fragoso, estes sujeitos estavam envolvidos em ações que resultaram na geração de estratificações sociais e acumulação de riquezas, que tinha como principal fonte de influência, as relações como as de parentescos e de matriz política.

De acordo com o autor, a sociedade colonial era formada pelas famílias que compunham a nobreza da terra que produziram para si a imagem de *bellatores*, que buscavam se distanciar da noção de nobreza política e aproximar-se da experiência de nobreza portuguesa no processo de reconquista. Porém, só isso não lhes bastava, as mesmas almejavam que a monarquia lhes atribuísse o direito da nobreza titulada, o que ela jamais o fez. Embora a Coroa portuguesa estivesse ciente de que para o pleno exercício da governabilidade era necessário legitimar as pretensões de ascensão hierárquica dessas elites locais, tal reconhecimento nunca ultrapassou os patamares das prerrogativas disponíveis ao chamado *estado do meio* (FRAGOSO, ALMEIDA & SAMPAIO, 2007: 22).

No entanto, segundo Fragoso, o comércio mercantil proporcionou uma plasticidade especial à estratificação social na colônia portuguesa, possibilitando o surgimento de uma elite típica dos trópicos decorrente do enriquecimento do acúmulo de riqueza que ocorria numa velocidade maior do que na Europa moderna.

Em outra obra, Manolo Florentino e Fragoso afirmam que o surgimento dessa elite mercantil, por sua vez, viu-se marcada por um ideal aristocrático, que consistia em transformar a acumulação gerada na circulação de bens em terras, homens e sobrados, que se constituía dentro de uma economia colonial tardia e arcaica. De acordo com o autor, a sociedade colonial foi se constituindo assim por estar fundada na contínua reconstrução da hierarquia excludente do mundo moderno (2001: 21).

No entanto sobre esta questão, Stuart Schwartz expõe que a sociedade colonial herdou concepções clássicas e medievais de organização e hierarquia, mas acrescentou-lhes sistemas de graduação que se originaram da diferenciação das ocupações, raça, cor e condição social, diferenciação esta resultante da realidade vivida na América. Para o autor, esta sociedade também teve uma forte tendência a reduzir complexidade a dualismo de contrastes – senhor/escravo, fidalgo/plebeu, católico/pagão – e a conciliar as múltiplas hierarquias entre si, de modo que a graduação, a classe, a cor e a condição social de cada indivíduo tendessem a convergir (1988: 209).

Sobre esse processo de hierarquização da sociedade colonial, Sheila de Castro Faria expõe que a dinâmica social existente entre as categorias sociais é compreendida através de um intenso fluxo e transitoriedade de indivíduos, mercadorias, fortunas e propriedades no contexto da colônia. A autora afirma que, caracterizar dentro deste contexto o grupo que se reconhecia e era reconhecido enquanto “homens bons” ou “principais”, é necessário levar em conta condições fundamentais como: brancura da pele, prestígio familiar, ocupação de postos administrativos importantes, atividade agrária, acesso à escolaridade e fortuna anterior ou presente, se não dos envolvidos pelo menos de parentes próximos, principalmente no caso de serem herdeiros (1998: 207).

A análise da produção historiográfica sobre o mundo colonial é fundamental na compreensão da organização dos grupos das elites e de suas redes familiares na montagem e funcionamento da dinâmica da colônia. No entanto, a produção apresentada concentra sua análise na maior parte no sul da colônia. Diante disto, buscou-se analisar a historiografia produzida nas últimas décadas sobre o Nordeste e Ceará. Nas últimas décadas a produção historiográfica tem sido acrescida de inúmeras pesquisas sobre a formação das classes senhorias a partir da organização das redes familiares no Nordeste.

Dentre estes trabalhos encontra-se o estudo intitulado “A Elite colonial piauiense: família e poder” (1995) de Tanya Maria Pires Brandão que analisa o papel da família na formação e consolidação da ordem econômica e social da capitania de São José do Piauí deste os primeiros núcleos familiares. De acordo com a autora a formação da capitania inicialmente se deve ao processo de conquista e inserção dos primeiros núcleos familiares constituídos pelos novos habitantes que consolidaram a grande propriedade e instalação da pecuária no Piauí. Em seguida, pela própria evolução destes núcleos familiares que possibilitou as uniões matrimoniais entre os seus próprios filhos.

Segundo Tanya Maria Pires Brandão, formou-se desta maneira os primeiros grupos de famílias que passaram a ter desempenho de grupo social de prestígio socialmente reconhecido. Para a autora, estes grupos familiares, ainda se utilizando dos princípios legais e culturais do casamento, estabeleceram laços de parentescos consangüíneos e por afinidade, dando origem às redes de família, constituindo a elite local. De acordo com Tanya Maria Pires Brandão, todo esse processo teve por base rígida seleção na escolha dos cônjuges e a distribuição eqüitativa dos bens patrimoniais da família entre herdeiros legítimos.

No entanto, segundo Antonio Otaviano Vieira Junior a constituição das elites locais através das uniões matrimoniais na capitania do Ceará não só fortaleciam as redes familiares, como também se organizaram como os potentados locais na consolidação do poder administrativo e jurídico. Para o autor, a ocupação de cargos jurídicos e administrativos por parte de membros das abastadas famílias era a confirmação social do poder desses grupos. De acordo com Antonio Otaviano Viera Junior, “prestígio, honrarias e influência advindas de títulos administrativos atraíam a elite colonial até estes cargos: mas, também significava a manipulação político-administrativa segundo interesses pessoais” (2004, 227).

Portanto, como compreender a organização das elites e de suas redes familiares a partir do processo de hierarquização das estruturas de poder na sociedade cearense no século XIX?

FAMÍLIA E PODER NO SERTÃO DO CEARÁ.

A partir do século XVII a fama da grande conveniência das terras dos sertões do Ceará para a criação do gado, proporcionou rapidamente a ocupação e conquista desta região através da divisão das sesmarias ao sul da capitania para inúmeros representantes da Coroa portuguesa. A ocupação aos poucos foi acontecendo com a inserção de algumas famílias que

passaram a consolidar a formação de importantes núcleos familiares dentro do processo de organização social na capitania do Ceará.

De acordo com Francisco José Pinheiro a formação social da capitania do Ceará foi “predominantemente agrário, o acesso a terra se transformou em importante elemento de poder”(2008: 122). A posse da terra era um elemento fundamental dentro do processo de ocupação e conquista da capitania devido a exigência da política mercantil no processo de inserção das fazendas de gado nas ribeiras do Jaguaribe e do Salgado. A ocupação das terras da capitania do Ceará inicialmente definiu uma organização social que tem como base na estrutura do tripé: família, poder e propriedade.

Sobre esta questão João Brígido, relata que na proporção que o país foi se desenvolvendo, a riqueza tornava os grandes proprietários insolentes, e em verdadeiros tiranos do sertão:

Dominando hordas selvagens, que tinham reduzido á obediência, com as armas na mão, longe da autoridade, cuja acção enfraquecida pela distancia mal se fazia sentir, taes homens viviam em perfeita licença e dominavam os outros colonos do modo o mais completo. Nos pontos mais longínquos, sobre tudo, uma só vontade dominava, era a do mais rico e mais afamiliado: a lei e o dever eram cousas inteiramente ignoradas (BRÍGIDO, 2007: 34).

No contexto da ocupação das terras ao sul da capitania, duas famílias se sobressaem em relação à demonstração de seu poder, prestígio e riqueza. Segundo o Dr. Pedro Théberge, entre as “mais notáveis famílias que ocupavam o interior, duas merecem a nossa atenção pelo numero de seus membros, pela sua riqueza, pela clientela que souberam crear, e pela rivalidade calamitosa que as desuniu: são as dos Montes e dos Feitosas” (THÉBERGE, 2001: 127).

A trajetória destas famílias ficou marcada nos anais da história do Ceará devido às práticas de poder exercida por estes potentados locais, que “de modo semelhante aos senhores de engenho, os barões do gado e os magnatas do interior – os “poderosos do sertão”, como eram chamados – tendiam a se constituir na própria lei” (BOXER, 2002: 322).

Nestes potentados locais as práticas de poder se constituíam num elemento integrante no cotidiano social das famílias do sertão do cearense que se enfrentaram pelos mais torpes motivos. Segundo Antonio Otaviano Vieira Junior, “violência e família se complementavam num cenário marcado pela fragilidade da presença do Estado e por um acentuado, quadro de miséria; onde elementos culturais, como honra e propriedade, forjavam álibis que faziam da família um *locus* aglutinador de demandas violentas” (2005: 15).

Em um relato marcante sobre a família Feitosa, o viajante inglês Henry Koster na sua passagem pelo Ceará em 1810 destacou o poderoso prestígio que esta família detinha na estrutura político-administrativa da região, destacando a violenta ação militar empregada pelos membros da mesma para resolver as inúmeras querelas:

A família Feitosa ainda existe no interior desta Capitania (do Ceará) e na do Piauí, possuindo vastas propriedades, cobertas de imensos rebanhos de gado. No tempo de João Carlos (Augusto de Oeynhausen Gravenburg, capitão-mor governador do Ceará de 1803 a 1807), o chefe dessa família chegara a tal poder que supunha estar inteiramente fora de alcance de qualquer castigo, recusando obediência às leis, tanto civis como criminais, fossem quais fossem. Vingavam pessoalmente as ofensas. Os indivíduos condenados eram assassinados publicamente nas aldeias do interior. O pobre homem que recusasse obediência às suas ordens estava destinado ao sacrifício e os ricos, que não pertencessem ao seu partido, eram obrigados a tolerar em silêncio os fatos que desaprovam. Os Feitosas são descendentes de europeus, mais, muitos dos ramos têm sangue mestiço e possivelmente raros são os que não teriam a coloração dos primitivos habitantes do Brasil. O chefe da família era coronel de milícias, e podia, ao primeiro chamado, pôr em armas cem homens, o que equivale a dez ou vinte vezes esse número numa região perfeitamente despovoada(KOSTER, 2003: 184).

Em um estudo específico sobre as relações de poder das famílias locais, Billy Jaynes Chandler afirma que a família dos Feitosas “estava bem fortalecido pela sólida estirpe e riqueza em terras o suficiente para colocá-lo entre os potentados dos Inhamuns” (1981: 50 e 51).

Portanto, o processo de organização e ocupação e conquista na região, os primeiros núcleos familiares do sertão cearense se caracterizaram a partir do modelo de família que é definida pelo nível de dominação local com base nas relações de poder que envolvem a grande propriedade, as redes familiares e na violência das ações.

GENTE GRAÚDA, OPULENTA E DE FINO TRATO.

No início do processo de colonização da capitania do Ceará algumas vilas foram sendo criadas, dentre elas a Vila Real do Crato que se originou no século XVIII, a partir da implantação do núcleo missionário dos frades Capuchinhos, que fundaram a “Missão do Miranda”. No início era um pequeno aglomerado urbano que concentrava pequenas edificações como a igreja da matriz, e cadeia. A formação de uma estrutura urbana foi surgindo lentamente como resultado de atividades econômicas, como a criação de gado e o cultivo da cana-de-açúcar e da própria produção da rapadura. O cultivo de cana-de-açúcar foi

a principal fonte econômica e responsável pela formação da hierarquia social da região, pois os grandes proprietários de terra e produtores detinham de grande prestígio político, econômico e social.

A centralização da vida social e econômica das famílias a maior parte do tempo limitava ao convívio dos mesmos nas fazendas e nos engenhos, pois neste período a maior parte dos núcleos populacionais encontrava-se nas propriedades rurais da região. Guilherme Shürch de Capanema descreve a vida social das Vilas do Ceará em meados do século XIX, da seguinte forma:

As Vilas permaneciam desertas a maior parte do ano. As casas fechadas; só residiam ali o vigário, as autoridades e alguns negociantes. Os donos das casas com suas famílias residiam nas suas fazendas. Nos domingos, porém, e dias de feriados, afluíam todos à matriz, para ouvir a missa; isto, porém não era corolice, além de sentimento religioso, havia o interesse de manter a harmonia na sociedade, sanar divergência entre pessoas, discutir os interesses da comunhão, etc. Havia então entre a população os “homens bons”, pessoas respeitáveis pela sua idade, sisesudez e critério, aos quais se recorria a todas as emergências: eram consultados para quaisquer empreendimentos. Quer de utilidade pública, quer de interesse particular: seus conselhos eram sugeridos, inimigos conciliados, laços de família estreitados (CAPANEMA, 2006: 194).

De acordo com Waldemar Arraes de Faria Filho, paralelo ao desenvolvimento da agricultura, ocorreu a partir da segunda metade do século XIX na cidade do Crato, um “importante crescimento comercial decorrente da migração de algumas famílias de comerciantes oriundos da cidade do Iço, que foram responsáveis pela abertura das primeiras grandes lojas na cidade” (2007: 110). A transferência destas famílias não só dinamizou as relações comerciais na economia da região, como também promoveu na cidade uma transformação na composição de novas edificações e equipamentos urbanísticos na cidade quando passaram a construir os primeiros sobrados e adquirir inúmeras propriedades.

Sobre as edificações dos sobrados, Irineu Pinheiro cita que foram construídos no Crato prédios melhores que os primeiros que eram de taipa e fachadas em tijolos crus: “Em 1857, levantou o coronel Antonio Luiz Alves pequeno, na rua Grande, esquina com travessa da Califórnia, para sua residência, um sobrado sob o molde da capital pernambucana” (1950: 83).

Na mesma década, o modelo de edificação é seguido à risca pelo comerciante Antonio José de Carvalho, que construiu também um sobrado “moderno”. Na rua Formosa, o coronel Joaquim Gomes de Matos construiu um semelhante ao do Coronel Antonio Luiz, logo vieram outros por toda a cidade. Segundo Irineu Pinheiro, refinaram-se os costumes no Crato, “famílias houve, faz quase um século que cultivavam certo luxo”. De acordo o autor a

distinção social entre as famílias da elite local era definida a partir da constituição de seus bens mobiliários, como a opulência de seus prédios e o refinamento de seus hábitos. Para Irineu Pinheiro, a imponência da família do Coronel Antônio Luiz fica evidente na descrição do seu sobrado e de sua mobília: “a sala de visita era forrada e esteirada, adornada por uma magnífica mobília de Jacarandá que constava de 12 cadeiras, um sofá com entalhes mui artísticos, uma mesa de centro e dois consolos de pedras de mármore e pés belamente torneados” (1950, p. 83).

A partir da segunda metade do século XIX, a cidade do Crato passou a ser o local onde se concentrou e convergiu o maior número de famílias das elites na região que passaram a construir uma sociedade de hábitos e costumes refinados. Vejamos o relato de um artigo do jornal “O Araripe” de uma festa na residência de um membro dessa elite:

Domingo, 16 do corrente, o Snr. Tenente Coronel Antonio Luiz Alves Pequeno, por ocasião do batizamento de seu quarto filho, obsequiou aos seus amigos desta cidade com um esplêndido baile que foi assaz concorrido. Esta reunião provou bastante em favor do adiantamento moral do Crato. Não faltou ordem, gôsto e delicadeza entre os numerosos convidados. Por sua parte o Snr. Antônio Luiz e sua Exma. Snra. Abundaram em delicadezas e bons modos para com seus hóspedes, que ficaram penhorados de suas atenções. Uma numerosa companhia de senhoras, cujas graças eram mesmo superiores ao gosto apurado do seu trajar, grande número de oficiais da G.N. ricamente fardados, todos identificados no pensamento de dar ao festim o maior brilho, fizeram bem agradáveis muitas horas dessa noite que veloz parecia correr. Uma bela música, uma companhia escolhida, licores variados e deliciosos, um chá servido com profusão, são sempre cousas que muito agradam, mas cumpre confessá-lo, houve aí algo que mais nos prendeu a atenção; foi a educação apurada que revelaram os convivas, as maneiras delicadas que em todos se observaram. Julgando por essa bela reunião qualquer estranho pode afirmar dos nossos costumes o juízo mais honroso (APUD: PINHEIRO, 1950: 83-84).

Luxo e costumes refinados faziam parte do perfil das várias famílias que viviam luxuosamente, tendo as suas casas enfeitadas com mobília de jacarandá, sofás com entalhes, mesa de centro e consolos com pedra de mármore e pés belamente torneados. Esta sociedade passa a ser construída com base no projeto de uma política social que se exterioriza nas práticas do luxo e do requinte.

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.
- BRÍGIDO, João. *Apontamentos para a história do Cariri*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2007.

BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CAPANEMA, Guilherme Schürch de. *Estudos sobre seca*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretária de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

CHANDLER, Billy Jaynes. *Os Feitosas e o sertão dos Inhamuns: a história de uma família e uma comunidade no Nordeste do Brasil (1700-1830)*. Fortaleza: Edufc: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

FARIA, Sheila de C. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. *Crato: evolução urbana e arquitetura 1740-1960*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2007.

FLORENTINO, Manolo e FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro, v, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Orgs). *Conquistadores e Negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza: ABC editora, 2003.

PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

PINHEIRO, Irineu. *O Cariri*. Fortaleza: 1950.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

THÉBERGE, Pedro. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. Edição Fac-sim. – Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. *Entre paredes e Bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha: Hucitec, 2004.